

**ACTA**

Aos quinze dias do mês de Julho do ano de dois mil e dez, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – António Magalhães da Silva – e Vereadores – Domingos Bragança Salgado, Francisca Maria da Costa Abreu, César Manuel de Castro Machado, Amadeu Artur Matos Portilha, Alexandra Parada Barbosa Gesta, José Manuel Fernandes Antunes, Luísa Maria Alves Oliveira, André Guimarães Coelho Lima e António José Salgado Almeida. -----

Não compareceu o Vereador José Augusto Ferreira Araújo, cuja falta foi considerada justificada. -----

Secretariou a Directora do Departamento de Administração Geral, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

----- ANTES DA ORDEM DO DIA -----**----- INTERVENÇÕES -----**

1 – Vereador André Coelho Lima – a) – Leu, em voz alta, um documento, pedindo que o respectivo texto, que a seguir se transcreve, ficasse registado em acta: “No passado dia 9/Julho tiveram lugar as eleições para a Comissão Política Concelhia do PSD, tendo vencido o sufrágio uma lista que me coube a honra de presidir. Nessa conformidade, e dando-se a circunstância de me encontrar igualmente a exercer as funções de Vereador nesta câmara, foi decidido em reunião da nova Comissão Política do PSD que teve já lugar, que neste momento fossem apresentados os cumprimentos da nova Comissão Política do PSD ao Sr. Presidente de Câmara, e na sua pessoa, a todo o executivo municipal. Pretendemos transmitir a V. Exa. e à Exma. Câmara Municipal de Guimarães que em concordância ou na divergência, defenderemos

e prosseguiremos sempre aqueles que na nossa mais profunda convicção entendemos serem os superiores interesses de Guimarães, saberemos pôr sempre os interesses da cidade e do concelho acima de quaisquer interesses pessoais ou partidários, procuraremos exercer uma oposição atenta e fiscalizadora, mas sem nunca esquecer a responsabilidade que nos impõe a nossa posição institucional, de viabilizar o que interesse ao concelho, ainda que possa não interessar ao partido. Reiteramos os nossos cumprimentos ao executivo municipal, na pessoa do Sr. Presidente da Câmara, manifestando uma vez mais a nossa motivação em servir e a nossa disponibilidade em contribuir para o engrandecimento do futuro de Guimarães". **b)** – Questionou a Câmara relativamente ao diferendo que tem sido público entre a Câmara Municipal e o Vitória Sport Clube, designadamente acerca das concretas motivações técnicas avançadas pela Câmara no seu comunicado, como estando na origem do chumbo aos projectos do Vitória. Segundo afirmou, *"foi a própria Câmara que considerou serem os projectos em causa da maior importância não apenas para o Vitória, como sobretudo para o concelho, atentas as valências que colocariam à disposição da população, razão acrescida pela qual, as razões de ordem técnica que possam justificar um indeferimento a tais projectos, tem necessariamente que ser razões de elevada monta, atento aquilo que impedem"*. De igual modo, questionou a Câmara acerca das concretas razões pelas quais houve despacho preliminar de deferimento de ambos os projectos apresentados pelo Vitória, tal como manifestado em comunicado daquela instituição, sendo depois seguidos de despachos de indeferimento para ambos os projectos. **2 – Vereador José Manuel Antunes** – Leu, em voz alta, um documento, pedindo que o respectivo texto, que a seguir se



transcreve, ficasse registado em acta: "1 – A intervenção do Município de Guimarães na obra "Construção das Piscinas descobertas", "supostamente" localizadas em Airão S. João, constitui um verdadeiro **manual de como não deve ser conduzida** a intervenção do Executivo Municipal. E de nada valerá aprovar "**Normas e regras de boa conduta**", "**Planos preventivos**" seja do que for, quando depois se assiste a casos como este. Vamos aos factos: A intervenção municipal começou em 2008 com a celebração de um protocolo de delegação de competências com a Freguesia de Airão S. João que não cumpria as orientações estratégicas apresentadas no executivo municipal para a celebração de protocolos com as Juntas de Freguesias: "Capelas Mortuárias, Cemitérios ou Sedes de Junta". Quando, em 2010, fomos confrontados com os factos consumados, afirmamos que o Executivo estava a dar um **mau exemplo** ao aceitar estar envolvido nesta obra e que este seu envolvimento significaria no limite que a Câmara **pagaria o seu custo (cerca de 500.000 euros)**, atendendo à absoluta incapacidade do Orçamento da Freguesia. Foi-nos dito que as Piscinas até seriam rentáveis e que das suas receitas de exploração sairiam verbas para pagar a obra. O que assistimos pelo que está escrito nos jornais é que a gestão das Piscinas foi protocolada e é da responsabilidade da Tempo Livre. Em que base foi celebrado este contrato de concessão? Avaliou a Tempo Livre se o adjudicatário da concessão estava legitimado para subscrever esse contrato? Quanto vai pagar a Tempo Livre pela gestão das Piscinas? 2 – Foi ainda comunicado em reunião de Câmara que foram os serviços municipais que executaram o projecto da obra. Sabendo, com é obrigatório saber, que o terreno onde se realizou a obra pertence **à Freguesia de Escudeiros do concelho de Braga**, é a este Município a quem

competete **licenciar obras no seu território**. Apresentou a Câmara ou a Junta de Freguesia algum processo de licenciamento para esta obra no Município de Braga? **3** – Soubemos por comunicação oficial que no dia 3 de Julho, no âmbito das comemorações do Dia 24 de Junho, Dia do Município foram inauguradas as Piscinas “supostamente” de Airão S. João com a presença do Presidente da Câmara, Dr. António Magalhães, vice-presidente da Câmara e outros vereadores socialistas. Foi o Presidente Mesquita Machado convidado para a inauguração? **Como é possível o Presidente da Câmara Municipal de Guimarães presidir a uma inauguração em Braga?”** **3 – Vereador António Salgado Almeida** – Solicitou esclarecimentos sobre a hipotética construção de um parque de estacionamento no interior do espaço formado pelas Ruas da Liberdade, Camões e Caldeiroa, designadamente sobre alguns pormenores do projecto, alegando a importância de reforçar a oferta de estacionamento automóvel naquela zona da cidade, servindo de apoio ao Largo do Toural quando estiver concluído o projecto de requalificação; **b)** – Defendeu que os projectos de reabilitação urbana deveriam contemplar a criação de corredores destinados à circulação de bicicletas; **4 - Presidente da Câmara** – Sobre as intervenções feitas, esclareceu: **a)** – Quanto às ciclovias, recordou que há uns anos a Câmara Municipal tomou a iniciativa de ceder, por empréstimo e gratuitamente, bicicletas aos cidadãos, não tendo esta medida a repercussão esperada; **b)** – Sobre os parques de estacionamento, disse que os técnicos da Autarquia estavam a analisar duas possibilidades: a construção de um parque de estacionamento no quarteirão formado pelas Ruas de Santo António, Gil Vicente, Paio Galvão e Largo do Toural e a criação de idêntico empreendimento nas traseiras do edifício da Caixa Geral



de Depósitos, nos terrenos situados nas traseiras das Ruas da Liberdade, Camões e Caldeiroa. Esclareceu que os processos envolvem investimentos privados, apesar do acompanhamento e orientação técnica especializada que está a ser prestada pela Câmara Municipal. Informou, ainda, que o projecto do estacionamento a criar no espaço onde já funciona um ampla garagem utilizada como local de estacionamento privado, com acesso pelas Ruas Gil Vicente e Paio Galvão, encontra-se concluído e foi já apreciado pelos serviços, tendo sido emitido parecer favorável pelo Instituto de Gestão do Património Arquitectónico;

c) – Relativamente à intervenção do Vereador André Coelho Lima sobre o Vitória Sport Clube disse que iria facultar-lhe o acesso aos processos respeitantes aos pedidos de licenciamento dos projectos em causa; **d)** – Desejou felicidades ao Vereador André Coelho Lima no novo cargo que assumiu de liderança da Comissão Política Concelhia do PSD. -----

----- **INFORMAÇÕES** -----

O Presidente da Câmara deu as seguintes informações: **1** – Do 1º aniversário da entrada em funcionamento do Balcão Único de Atendimento, que se assinalou no passado dia 14 de Julho, tendo sido atendidas, até esta data, 77.572 pessoas. Acrescentou que a criação deste espaço permitiu, simultaneamente, a operacionalização de outras valências que têm contribuído para a simplificação, modernização e eficiência dos serviços prestados pelo Município, designadamente, o envio de notificações através de serviço de mensagens escritas por telemóvel (SMS), a disponibilização de esclarecimentos on-line sobre os procedimentos instituídos e outros mecanismos de controlo (nomeadamente definição de prazos de resposta) que contribuíram significativamente para a melhoria dos serviços; **2** –

Deu conhecimento das mensagens de felicitação enviadas pela não inclusão da Corrida de Touros no programa das Festas Gualterianas deste ano; **3** - A Técnica Superior do Gabinete de Estudos e Projectos Financeiros da Câmara Municipal de Guimarães, Dr.^a Sónia Gonçalves, fez o ponto de situação relativamente aos projectos candidatados e em vias de aprovação no âmbito da Capital Europeia da Cultura 2012, dos projectos candidatados e/ou em vias de aprovação de outros projectos, das candidaturas aprovadas e projectos em execução no âmbito da Capital Europeia da Cultura 2012 e de outros projectos, bem como dos projectos candidatados para eventual aprovação, com um valor de investimento elegível de €72 733 904,03 e um valor de comparticipação de €51 317 902,08. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **INFORMAÇÕES** -----

I – Do despacho do Vereador Domingos Bragança, datado de 5 de Julho de 2010, que aprovou a conta final da obra designada por **Pavimentação da Rua S. Bento – Tabuadelo; Rua da Bela Vista e Rua Padre José Ferreira Leite – Cadoso S. Tiago**, de acordo com a concordou com a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: “1 – Por despacho do Vereador com poderes subdelegados, Dr. Domingos Bragança, de 10 de Setembro de 2009, foi a empreitada em título adjudicada à empresa M. Couto Alves, S.A., pelo valor de €309 805,82 + IVA. 2 - O valor final dos trabalhos é de €307 963,63 + IVA. 3 - Nesta empreitada, verificou-se a existência de €1.842,19 + IVA de Trabalhos a Menos, correspondendo a trabalhos que não foram executados, por não terem sido esgotadas as quantidades previstas em projecto. Estes trabalhos a menos correspondem a uma percentagem de 0,59 %. 4 - Todos os preços dos vários



trabalhos que compõem a presente empreitada estão contratualizados. 5 - Se for caso disso, poderão estes montantes ser objecto de revisão, nos termos do art. 1º do DL nº6/2004, de 6 de Janeiro, logo que se encontrem publicados no Diário da República os respectivos índices definitivos de revisão de preços. 6 - Neste momento não se pode efectuar a Revisão de Preços definitiva, pois ainda não foram publicados os índices definitivos. O valor da Revisão de Preços com índices provisórios é de €9.513.72. 7. Assim, fica à consideração superior a aprovação desta conta final no valor de €317.477,35 (trezentos e dezassete mil quatrocentos e setenta e sete euros e trinta e cinco cêntimos) + IVA, sendo que €307.963,63 (trezentos e sete mil novecentos e sessenta e três euros e sessenta e três cêntimos) + IVA de trabalhos contratuais, €9.513,72 (nove mil quinhentos e treze euros e setenta e dois cêntimos) + IVA auto provisório relativo à revisão de preços e o Auto final no valor de €14.908,35 (catorze mil novecentos e oito euros e trinta e cinco cêntimos) + IVA. 8 - Para cumprimento do disposto no artº399º do Decreto-Lei 18/08 de 29 de Janeiro foi elaborada a Conta Final dentro do prazo nele estabelecido. 9 - De acordo com o nº1 do art. 401º do mesmo diploma, foi enviada a Conta Final ao adjudicatário, tendo este um prazo de 15 dias para a assinar ou deduzir sua reclamação fundamentada”; **II** – Do despacho do Vereador Domingos Bragança, datado de 5 de Julho de 2010, que aprovou a conta final da obra designada por **Balcão Único de Atendimento ao Município**, de acordo com a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: – 1 - Por despacho do Vereador Dr. Domingos Bragança, datado de 28 de Abril de 2009, foi a empreitada em título adjudicada à empresa “Valentim José & Filhos, S.A.” pelo valor de €471 202,61. 2 - O valor final dos

trabalhos é de €467 217,33 + IVA. 3 - Existiram trabalhos a menos no valor de €3.985,28 + IVA, por não se executarem as quantidades de trabalho previstas no mapa de quantidades, correspondendo a 0.85%. 4 - Assim, fica à consideração superior a aprovação desta conta final no valor de €473.031,83 + IVA, sendo €467.217,33 + IVA de trabalhos contratuais, €5.814,50 + IVA referentes ao auto provisório relativo à revisão de preços e o Auto final no valor de €19.538,37 + IVA. 5 - Todos os preços dos vários trabalhos que compõem a presente empreitada estão contratualizados. 6 - Se for caso disso, poderão estes montantes ser objecto de revisão, nos termos do artº 1º do DL nº6/2004, de 6 de Janeiro, logo que se encontrem publicados no Diário da República os respectivos índices definitivos de revisão de preços. 7 - Neste momento não se pode efectuar a Revisão de Preços definitiva, pois ainda só foram publicados os índices definitivos até ao mês de Setembro de 2009. O valor da Revisão de Preços com índices provisórios é de €5.814,50. 8 - Para cumprimento do disposto no artº399º do Decreto-Lei 18/08 de 29 de Janeiro foi elaborada a Conta Final dentro do prazo nele estabelecido. 9 - De acordo com o nº1 do artº401º do mesmo diploma, foi enviada a Conta Final ao adjudicatário, tendo este um prazo de 15 dias para a assinar ou deduzir sua reclamação fundamentada”; **III** - Do despacho do Vereador Domingos Bragança, datado de 5 de Julho de 2010, que aprovou a conta final da obra designada por **Centro de Ciência Viva - 2.ª Fase**, de acordo com a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: “1 - Por despacho do Vereador com poderes subdelegados Dr. Domingos Bragança, datado de 7 de Julho de 2009, foi a empreitada em título adjudicada à empresa FERSIL - Construção Civil Compra e venda de Propriedades, Lda., pelo valor de €324



358,79 + IVA. 2- O valor final dos trabalhos é de €324 358,79 + IVA. 3 - Assim, fica à consideração superior a aprovação desta conta final no valor de €324 358,79 (trezentos e vinte e quatro mil trezentos e cinquenta e oito euros e setenta e nove cêntimos) + IVA e do Auto final no valor de €4.200,00 + IVA. 4 - Todos os preços dos vários trabalhos que compõem a presente empreitada estão contratualizados. 5 - Se for caso disso, poderão estes montantes ser objecto de revisão, nos termos do artº 1º do DL nº6/2004, de 6 de Janeiro, logo que se encontrem publicados no Diário da República os respectivos índices definitivos de revisão de preços. 6 - Neste momento não se pode efectuar a Revisão de Preços definitiva, pois ainda não foram publicados os índices definitivos. O valor da Revisão de Preços com índices provisórios é de 0€. 7 - Para cumprimento do disposto no artº399º do Decreto-Lei 18/08 de 29 de Janeiro foi elaborada a Conta Final dentro do prazo nele estabelecido. 8 - De acordo com o nº1 do artº401º do mesmo diploma, foi enviada a Conta Final ao adjudicatário, tendo este um prazo de 15 dias para a assinar ou deduzir sua reclamação fundamentada”; **IV** – Do ofício da Associação de Municípios do Vale do Ave remetendo, para conhecimento, o Relatório de Actividades e Conta de Gerência do ano de 2009, que se encontra disponível na Secretaria-Geral para consulta; **V** – Do ofício da Comunidade Intermunicipal do Ave remetendo, para conhecimento, o Relatório de Actividades e Conta de Gerência do ano de 2009, que se encontra disponível na Secretaria-Geral para consulta; **VI** – Dos ofícios da Assembleia Municipal números 106 a 113, datados de 29 de Junho de 2010, que comunicam a aprovação, em sessão realizada no passado dia 28 de Junho, das seguintes propostas: **a)** – “Fornecimentos – Fornecimento de Refeições em Refeitórios Escolares – proposta para Abertura de

Concurso Público n.º 6/10 e Repartição de Encargos”; **b)** – “Fornecimentos – Prestação de Serviços de Transporte de Alunos – Proposta para Abertura de Concurso Público n.º 5/10 e Repartição de Encargos”; **c)** – “Regulamento de Atribuição de Apoios às Associações Desportivas de Guimarães”; **d)** – “Regulamento de Apoio às Instituições de Solidariedade Social”; **e)** – “Regulamento de Atribuição de Subsídios às Entidades Culturais, Artísticas, Recreativas e Humanitárias de Guimarães”; **f)** – “Alterações ao Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização e ao Regulamento Municipal de Taxas e Encargos nas Operações Urbanísticas”; **g)** – “Criação da Empresa Vitrus Ambiente – EM, S.A.”; **h)** – “Cooperativa Taipas Turitermas – Aumento de Capital”. -----

----- **DELIBERAÇÕES** -----

CÂMARA – ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA REALIZADA EM 1 DE JULHO DE 2010 DE 2010. DELIBERADO

APROVAR POR UNANIMIDADE, tendo sido dispensada a leitura da acta por ter sido entregue a todos os membros do órgão executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião. --

OBRAS PÚBLICAS – AMPLIAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA EB1 DA OLIVEIRA – OLIVEIRA DO CASTELO –

CONTA FINAL – Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: “1 - Por deliberação da Câmara Municipal de Guimarães, datada de 21 de Fevereiro de 2009, foi a empreitada em título adjudicada à empresa NVE – Engenharias, Lda pelo valor de €889 206,55 (oitocentos e oitenta e nove mil duzentos e seis euros e cinquenta e cinco cêntimos) + IVA. 2 - O valor final dos trabalhos é de €882 903,18 + IVA. 3 - Verificou-se a existência de trabalhos a menos no valor de €6.303,37 + IVA que resultam de trabalhos não executados e de



quantidades não esgotadas, e que correspondem a 0.71% do valor da adjudicação. 4 - Todos os preços dos vários trabalhos que compõem a presente empreitada estão contratualizados. 5 - Se for caso disso, poderão estes montantes ser objecto de revisão, nos termos do artº 1º do DL nº 6/2004, de 6 de Janeiro, logo que se encontrem publicados no Diário da República os respectivos índices definitivos de revisão de preços. 6 - Neste momento não se pode efectuar a Revisão de Preços definitiva, pois ainda não foram publicados os índices definitivos. O valor da Revisão de Preços com índices provisórios, de Setembro, é de €13.472,73 + IVA. 7 - Assim, fica à consideração superior a aprovação desta conta final no valor de €896.375,91 sendo que €882.903,18 + IVA referem-se a trabalhos contratuais e €13.472,73 + IVA referem-se à revisão de preços provisória, e do Auto final no valor de €58.963,68 + IVA. 8 - Para cumprimento do disposto no artº399º do Decreto-Lei 18/08 de 29 de Janeiro foi elaborada a Conta Final dentro do prazo nele estabelecido. 9 - De acordo com o nº1 do art. 401º do mesmo diploma, foi enviada a Conta Final ao adjudicatário, tendo este um prazo de 15 dias para a assinar ou deduzir sua reclamação fundamentada". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

OBRAS PÚBLICAS – CENTRO DE FORMAÇÃO AVANÇADA PÓS GRADUADA/DOMUS CIVIL – REPARTIÇÃO DE ENCARGOS –

Presente, para ratificação, o despacho do Vereador Domingos Bragança, datado de 6 de Julho de 2010, que aprovou a repartição de encargos da obra em epígrafe, de acordo com a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: "No Plano Plurianual de Investimentos para o ano de 2010 consta a execução da obra em título, onde foi inscrita a verba de €2.200.000,00 (dois milhões e duzentos mil euros) destinada a

suportar a despesa com a rubrica 2.1.3.0404. Com vista a ser adjudicada a empreitada à empresa "Sociedade de Construções Guimar, S.A." conforme proposto pelo Júri do procedimento em 30 de Junho de 2010, pelo preço de €1.868.990,61 (um milhão oitocentos e sessenta e oito mil novecentos e noventa euros e sessenta e um cêntimos) + IVA e atento o plano de pagamentos da respectiva proposta, sugiro a seguinte repartição de encargos:
Ano de 2010 – €416 557,95 (quatrocentos e dezasseis mil quinhentos e cinquenta e sete euros e noventa e cinco cêntimos) + IVA = €441 551,43 (quatrocentos e quarenta e um mil quinhentos e cinquenta e um euros e quarenta e três cêntimos);
Ano de 2011 – €1.452.432,66 (um milhão quatrocentos e cinquenta e dois mil quatrocentos e trinta e dois euros e sessenta e seis cêntimos) + IVA = €1.539.578,62 (um milhão quinhentos e trinta e nove mil quinhentos e setenta e oito euros e sessenta e dois cêntimos)". **DELIBERADO RATIFICAR POR**

UNANIMIDADE. -----

OBRAS PÚBLICAS – CENTRO DE FORMAÇÃO AVANÇADA PÓS-GRADUADA/DOMUS CIVIL – ADJUDICAÇÃO – Presente, para aprovação, o Relatório Final respeitante ao Concurso Público identificado em epígrafe, em anexo, propondo que a empreitada em epígrafe seja adjudicada ao concorrente "**Sociedade de Construções Guimar, S.A.**", pelo preço de €1.868.990,61 (um milhão oitocentos e sessenta e oito mil novecentos e noventa euros e sessenta e um cêntimos) + IVA para um **prazo de execução de 300 dias**, nos termos previstos no Caderno de Encargos. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 07.01.03.07. O Relatório Final dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas.
DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

**JUNTAS DE FREGUESIA – FREGUESIA DE RONFE –
PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS –
REQUALIFICAÇÃO DO CENTRO CÍVICO – REFORÇO DE**

VERBA – Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: “A Câmara Municipal de Guimarães, em reunião de 23 de Abril de 2009, deliberou celebrar um Protocolo de Delegação de Competências com a Junta de Freguesia de Ronfe para a execução das obras de pavimentação de diversas ruas da Freguesia atribuindo-lhe, para esse efeito, a verba de €29.455,81 que foi paga através de autos de medição elaborados pelo Departamento de Obras Municipais. Posteriormente, a Junta de Freguesia de Ronfe executou uma obra pública de Requalificação do Centro Cívico da Vila, tendo sido celebrado Protocolo de Delegação de Competências entre a Câmara e a Junta de Freguesia em 18 de Novembro de 2009, e atribuída a verba de €36.883,00. O custo total da obra foi de €66.339,35, e o valor pago até à presente data para a obra de Reabilitação do Centro Cívico da Vila é ainda inferior em €29.456,35. Assim, proponho um reforço de verba no montante de €29.456,00 a conceder à Junta de Freguesia de Ronfe para pagamento integral da obra executada, ao abrigo do disposto na alínea c) do nº. 6 do art.º. 64 da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro e tendo em consideração a autorização concedida pela Assembleia Municipal, em sessão de 22 de Dezembro de 2009”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 01.03 e na unidade económica 08.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**JUNTAS DE FREGUESIA – FREGUESIA DE BRITO –
PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS –
REABILITAÇÃO DO CENTRO CÍVICO – REFORÇO DE VERBA –**

Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: "Por deliberações de Câmara Municipal de 29 de Maio de 2008 e de 23 de Abril de 2009, foi delegada na Junta de Freguesia de Brito a execução da obra de "Reabilitação do Centro Cívico – Centralidade da Vila". O custo total da obra é de €243.624,32, conforme quantificação elaborada pelos serviços técnicos do Departamento de Obras Municipais, tendo sido ultrapassado o valor dos protocolos estabelecidos com a Junta de Freguesia, no montante de €62.225,98. Deste valor total a Junta de Freguesia destinou a verba de €53.300,00 para a elaboração do projecto e a verba de €8.924,99 para a execução da obra. Sendo uma obra de reabilitação do Centro Cívico da Freguesia de Brito, proponho a transferência da verba de €234.699,33 à Junta para pagamento do valor em falta, ao abrigo do disposto na alínea c) do nº. 6 do art.º. 64 da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro e tendo em consideração a autorização concedida pela Assembleia Municipal, em sessão de 22 de Dezembro de 2009". Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 01.03 e na unidade económica 08.05.01.02.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

PATRIMÓNIO – AQUISIÇÃO AMIGÁVEL DE IMÓVEL PARA A CONSTRUÇÃO DE UM ARRUAMENTO QUE LIGARÁ A AV. REPUBLICA DO BRASIL À ZONA DAS HORTAS – PROC.

40/35/2009 – Presente a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: "Na sequência do pedido formalizado pelo DPPU, foram encetados contactos com os proprietários dos terrenos necessários à concretização da obra acima indicada. Das diligências realizadas, verificou-se que o arruamento em causa apenas atravessava um imóvel, propriedade do Sr. José da Cunha Freitas Castro. Após realização de avaliação ao imóvel por perito



da lista oficial, o Município propôs indemnizar o mencionado proprietário pelo valor de €90.000,00. Todavia o mesmo não aceitou aquele valor, tendo apresentado uma contraproposta no valor de €100.000,00. Consultado o perito que elaborou o indicado relatório, este considerou que a contraproposta poderia ser aceite pelo Município. Assim, deverá ser superiormente decidido adquirir ao Sr. José da Cunha Freitas Castro, residente no Largo do Brasil, nº221, desta cidade, um imóvel com área total de 240 m², sendo 208 m² de área coberta e logradouro com 32 m², situado no Lugar dos Moinhos da Lage, freguesia de S. Sebastião, pelo preço de €100.000,00, descrito na Conservatória do Registo Predial de Guimarães sob o nº 306/S. Sebastião e inscrito na respectiva matriz urbana sob o artigo 493º, nos termos do art. 11º do Código de Expropriações. À consideração superior". Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 11 e na unidade económica 07.01.03.07. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. ---**

PATRIMÓNIO – AQUISIÇÃO AMIGÁVEL DA PARCELA 2, NECESSÁRIA À OBRA DE AMPLIAÇÃO DA ESCOLA EB1 DO PINHEIRAL, FREGUESIA DE CALDELAS – PROC. 40/12/78 –

Presente a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: "A Câmara Municipal de Guimarães, no âmbito da necessidade de proceder à ampliação da Escola EB1 do Pinheiral, da freguesia de Caldelas, para converter aquele edifício num Centro Escolar, precisou de adquirir terrenos situados na envolvente da mencionada Escola. Assim, nos termos do artigo 11º, do Código das Expropriações, a autarquia notificou os proprietários da parcela 2, necessária à referida ampliação, e comunicou que estaria disponível para adquirir aquela parcela pelo preço de €20.000,00, conforme consta do relatório de perito da lista oficial. Os interessados declararam que aceitavam o valor

proposto pelo Município. A mencionada parcela de terreno tem a área de 228m² e será a desanexar do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Guimarães sob o nº. 00.618/Caldelas e inscrito na respectiva matriz urbana sob o artigo 118, a qual confronta do Norte e Nascente com Franova – Materiais de Construção Francisco Novais, & C^a. Ld.^a, do Sul com terreno sobrance e do Poente com terreno da Escola EB1 do Pinheiral. Assim, submete-se à consideração superior a aquisição da identificada parcela de terreno, ao Sr. Luís Miguel Araújo Marques da Silva e outros, pelo valor de €20.000,00, nos termos do artigo 11º., do Código das Expropriações, sendo que em caso de aceitação, deve o assunto ser remetido a reunião de Câmara para deliberação. À consideração superior”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 11 e na unidade económica 07.01.01. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

PATRIMÓNIO – AQUISIÇÃO AMIGÁVEL DE TERRENO PARA A VARIANTE DE CAMPELOS – FREGUESIA DE PONTE – PARCELAS 5A E 5B – PROC. 40/15/2001 – Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: “A Câmara Municipal, em sua reunião de 7 de Maio de 2009, deliberou desistir do processo expropriativo das parcelas 5A e 5B, com as áreas de 918,00m² e 4.900m², necessárias à obra acima mencionada, em virtude de superiormente ter sido decidido alterar o traçado inicial daquela obra. Com o novo traçado, permaneceu a necessidade de ocupar duas parcelas, cuja designação se manteve em 5A e 5B, agora com as áreas de 696,40m² e 3.451m², respectivamente. Face ao tempo decorrido desde a primeira avaliação e ao facto das áreas e localização das parcelas não serem as mesmas, solicitou-se a perito da lista oficial a avaliação das novas parcelas de terreno, tendo este considerado



que a parcela 5A, poderia atingir um valor de €11.000,00 e a parcela 5B um valor de €160.000,00. Comunicado tal facto aos interessados, nos termos do artigo 11º do Código das Expropriações, vieram aqueles pronunciar-se pela aceitação do valor de €11.000,00, pela mencionada parcela 5A e reclamar o valor de €189.805,00, pela parcela 5B. Atendendo a que o perito da lista oficial, no seu relatório, informou que o valor máximo admissível para a parcela 5B poderia atingir os €205.336,25, considera-se que o preço pretendido poderá ser aceite. Nestes termos, submete-se à consideração superior a aquisição, a Maria Amélia Palma Mendes de Abreu Pinto, Maria de Fátima Palma Mendes de Abreu, Maria Antónia Palma Mendes de Abreu, Maria José Palma Mendes de Abreu Galvão, Maria Adelaide Palma Mendes de Abreu da Silva Lopes e Maria Teresa Palma Mendes de Abreu, nos termos previstos no artigo 11º do Código das Expropriações, das seguintes parcelas de terreno: 1 - Parcela 5A, com a área de 696,40m², a confrontar do Norte e Sul com Ana Maria Viana Cardoso, do Nascente e Poente com terreno sobrance, a desanexar do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Guimarães sob o nº. 50.954 e do inscrito na matriz rústica da freguesia de Ponte sob o artigo 496, pelo preço de €11.000,00; Parcela 5B, com a área de 3.451m², a confrontar do Norte com Ana Maria Viana Cardoso, do Sul com arruamento público e do Nascente e Poente com terreno sobrance, também a desanexar do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Guimarães sob o nº. 50.954 e do inscrito na matriz rústica da freguesia de Ponte sob o artigo 496, pelo valor de €189.805,00. Refere-se que o Município já pagou a importância de €129.000,00 no âmbito do processo expropriativo das primitivas parcela de terreno, restando agora pagar a quantia de 71.805,00 pela totalidade dos terrenos a

adquirir. Salienta-se ainda que deverá ser assumido que o Município executará no decorrer da obra, os ajustes e pormenores para uma melhor adaptação dos acessos e vedações que se situam ao longo da via projectada e que se localizarem dentro dos terrenos dos proprietários. À consideração superior". Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 11 e na unidade económica 07.03.01. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

PATRIMÓNIO – DOAÇÃO DO DIREITO DE SUPERFÍCIE DE UM PRÉDIO DESTINADO A CAMPO DE JOGOS E OUTROS EQUIPAMENTOS DE LAZER E DESPORTIVOS – PROCº.

40/11/87 – Presente a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: "A Junta de Freguesia de Airão S. João vem solicitar a doação do direito de superfície do prédio adquirido pelo Município em 1996 e que está a ser usado preferencialmente como campo de jogos. O prédio em causa tem a área de 12.560 m2, e encontra-se descrito na 1ª Conservatória do Registo Predial de Braga sob o nº00.709/Escudeiros e inscrito na matriz rústica sob o artigo 660º. Este prédio foi adquirido pelo Município de Guimarães pelo preço de €7.481,97, pelo que se for superiormente aceite doar o direito de superfície, pelo período de 30 anos, do prédio acima identificado, à Junta de Freguesia de Airão S. João deverá ser atribuído o valor de €4.489,18, a essa doação, nos termos das regras previstas no artigo 13º, Código do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (CIMT), aprovado pelo Decreto-Lei nº 287/2003, de 12 de Novembro. Deverá ainda ficar estipulado que não será permitido dar um fim distinto ao terreno em causa, ou seja, o mesmo só pode destinar-se à construção de equipamentos desportivos e de apoio a tal fim, ou de lazer, que sirvam a população em geral. Em nenhum caso será permitida a transmissão de posição contratual, ainda que tal situação decorra



de imposições legais ou contratuais, caso em que se tal vier a suceder, o Município exercerá o direito de reversão do imóvel, com todos os seus pertences. À consideração superior”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

PATRIMÓNIO – AQUISIÇÃO DE IMÓVEL SITUADO NO LARGO DO CIDADE – FREGUESIA DE S. SEBASTIÃO – PROJECTO CAMPURBIS – PROCº. 40/27/2009 – Presente a

seguinte informação da Divisão de Património Municipal: “A Câmara Municipal de Guimarães, no âmbito do projecto CAMPURBIS, pretende proceder à reabilitação urbana do Centro Histórico da cidade, promovendo a instalação de equipamentos capazes de induzir a actividade económica concelhia através do desenvolvimento integrado da inovação da tecnologia e das artes, disponibilizando espaços que permitam a interacção das instituições e organizações locais de forma a promoverem ideias e conceitos que tornem a zona de Couros uma área atractiva e valorizada. Sendo a zona de Couros a principal área da cidade abrangida por este projecto, verifica-se que a implementação no terreno destes planos, implica a reformulação de acessibilidades, o que no caso vertente tem como consequência a criação de uma nova acessibilidade, para permitir a construção de um novo arruamento que irá ligar a Rua de Vila Flor à Rua Camilo Castelo Branco, freguesia de S. Sebastião. Contactado o proprietário do imóvel com mais extensão de área, necessário a tal obra, verificou-se ser a empresa Sofonte – Sociedade Imobiliária, Lda, a proprietária do mesmo. De acordo com avaliação efectuada por perito da lista oficial, o Município notificou nos termos do artigo 11º, do Código das Expropriações, a empresa proprietária, de que se dispunha a adquirir o imóvel pelo valor de €656.465,69. Em resposta, a empresa Sofonte, veio referir que não aceitava o valor

proposto pela autarquia, e que pretendia um valor de €1.297.380,98. Perante esta situação, solicitou-se ao perito da lista oficial a reanálise da contraproposta, tendo o mesmo indicado que o valor admissível se deveria situar entre os €673.282,79 e €1.134.021,65. De seguida o Município informou a Sofonte, que se dispunha a pagar o valor de €903.000,00, de forma faseada, entregando €270.900,00, no acto da escritura e o restante valor de €632.100,00, em seis prestações trimestrais iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira, 3 meses após a celebração da mencionada escritura. A empresa Sofonte, veio responder afirmativamente à proposta camarária, pelo que o prédio com a área total de 5.500m², situado no Largo do Cidade, freguesia de S. Sebastião, desta cidade, descrito na Conservatória do Registo Predial de Guimarães sob o nº. 353/S. Sebastião, e inscrito na respectiva matriz rústica sob o artigo 17º, poderá ser adquirido pelo preço total de €903.000,00 (novecentos e três mil euros), na modalidade de pagamento acima descrita, desde que a Câmara Municipal delibere, nos termos da alínea a), nº. 6, do artigo 64º, da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro, submeter à aprovação da Assembleia Municipal, a aquisição do imóvel atrás identificado, à empresa "Sofonte – Sociedade Imobiliária, S. A.", ao abrigo do disposto no artigo 11º, do Código das Expropriações. À consideração superior". Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 11 e na unidade económica 07.01.01. A minuta do contrato de compra e venda dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----
PATRIMÓNIO – AQUISIÇÃO DE IMÓVEL SITUADO NA AV.



CONDE DE MARGARIDE – FREGUESIA DE S. PAIO – PLATAFORMA DAS ARTES – PROCº. 40/62/95 – Presente a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: “A Câmara Municipal de Guimarães no âmbito da sua intervenção para a prossecução da denominada “Plataforma das Artes”, considerou necessário a aquisição do prédio contíguo ao antigo Mercado Municipal. Contactado o proprietário, verificou-se que o seu proprietário é a empresa Sofonte – Sociedade Imobiliária, Lda. De acordo com avaliação efectuada por perito da lista oficial, o Município notificou nos termos do artigo 11º, do Código das Expropriações, a empresa proprietária, de que se dispunha a adquirir o imóvel pelo valor de €1.082.509,29. Em resposta, a empresa Sofonte, veio referir que não aceitava o valor proposto pela autarquia, e que pretendia um valor de €2.277.000,00. Perante esta situação, solicitou-se ao perito da lista oficial a reanálise da contraproposta, tendo o mesmo indicado que o valor máximo aceitável poderia atingir €1.300.000,00. De seguida o Município informou a Sofonte, que se dispunha a pagar o mencionado valor de €1.300.000,00, de forma faseada, entregando €390.000,00, no acto da escritura e o restante valor de €910.000,00, em seis prestações trimestrais iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira, 3 meses após a celebração da mencionada escritura. A empresa Sofonte, veio responder afirmativamente à proposta camarária, pelo que o prédio com a área total de 4.500m², situado no Lugar de S. Gonçalo, Av. Conde de Margaride, descrito na Conservatória do Registo Predial de Guimarães sob o nº. 294/S. Paio, e inscrito na respectiva matriz urbana sob o artigo 807º, poderá ser adquirido pelo preço total de €1.300.000,00, na modalidade de pagamento acima descrita, desde que a Câmara Municipal delibere, nos termos da alínea a),

nº. 6, do artigo 64º, da Lei nº. 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro, submeter à aprovação da Assembleia Municipal, a aquisição do imóvel atrás identificado, à empresa "Sofonte - Sociedade Imobiliária, S. A.", ao abrigo do disposto no artigo 11º, do Código das Expropriações. À consideração superior". Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 11 e na unidade económica 07.01.03.07. A minuta do contrato de compra e venda dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas.

DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

PATRIMÓNIO – INDEMNIZAÇÃO AUTÓNOMA AO INQUILINO DO IMÓVEL SITUADO NA AV. CONDE DE MARGARIDE, FREGUESIA DE S. PAIO, NECESSÁRIO À PLATAFORMA DAS ARTES – PROCº. 40/62/95 – Presente a seguinte informação

da Divisão de Património Municipal: "A Câmara Municipal de Guimarães no âmbito da sua intervenção para a prossecução da denominada "Plataforma das Artes", considerou necessário a aquisição do prédio contíguo ao antigo Mercado Municipal. Contactado o proprietário, verificou-se que o imóvel estava arrendado à empresa A. Neves & Correia, Lda. De acordo com avaliação efectuada por perito da lista oficial, o Município notificou nos termos do artigo 11º, do Código das Expropriações, a empresa inquilina, de que se dispunha a indemnizá-la pela cessação de actividade e abandono do local pelo valor de €415.050,94. Em resposta, a empresa A. Neves & Correia, Lda., veio referir que não aceitava o valor proposto pela autarquia, uma vez que pretendia ser indemnizada no valor de €803.000,00. Perante esta situação, solicitou-se ao perito da lista oficial a reanálise da contraproposta, tendo o mesmo indicado que o valor máximo aceitável não deveria



sofrer alterações em relação à sua proposta inicial, pelo que a autarquia informou a empresa interessada de que não existia interesse na sua contraproposta. Em resposta ao nosso ofício que informava da falta de interesse da autarquia na contraproposta apresentada a empresa inquilina do imóvel, veio referir que iria negociar directamente com o proprietário a sua saída do local. De seguida o Município informou a interessada de que não podia incluir o valor da indemnização autónoma no preço do imóvel, pelo que mantinha a sua oferta de indemnização amigável e que desse facto iria dar conhecimento ao proprietário. Assim, veio a empresa A. Neves & Correia, Lda., dizer que aceitava a proposta camarária, e que aceitava abandonar e cessar a actividade exercida no prédio com a área total de 4.500m², situado no Lugar de S. Gonçalo, Av. Conde de Margaride, descrito na Conservatória do Registo Predial de Guimarães sob o nº. 294/S. Paio, e inscrito na respectiva matriz urbana sob o artigo 807º, contra o pagamento da indemnização de €415.050,94. Deste modo, em caso de aceitação superior, deverá a Câmara Municipal deliberar, nos termos da alínea a), nº 6, do artigo 64º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, submeter à aprovação da Assembleia Municipal, o pagamento da referida indemnização, ao abrigo do disposto no artigo 11º e 30º, do Código das Expropriações. À consideração superior". Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 11 e na unidade económica 07.01.03.07. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----
PROCOLOS – ADENDA AO PROCOLO DE COLABORAÇÃO CELEBRADO ENTRE O EXTINTO INSTITUTO PORTUGUÊS DE MUSEUS E O MUNICÍPIO DE GUIMARÃES EM 14 DE

FEVEREIRO DE 2007 – Presente, para ratificação, a Adenda ao Protocolo de Colaboração celebrado entre o extinto Instituto Português de Museus e o Município de Guimarães em 14 de Fevereiro de 2007, que se anexa. A Adenda ao Protocolo de Colaboração celebrado com o extinto Instituto Português de Museus dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

PROTOCOLOS – ENCONTRO DE PROGRAMADORES DE ESPAÇOS CULTURAIS DA GALIZA E AGENTES CULTURAIS DO NORTE DE PORTUGAL, NO DOMÍNIO DAS ARTES PERFORMATIVAS – RATIFICAÇÃO DE PROTOCOLO – Presente a seguinte proposta: “Tendo-se realizado em Guimarães, nos passados dias 21 e 22 de Junho, o encontro mencionado em assunto, no âmbito do projecto de cooperação transfronteiriça (POCTEP), designado Indústrias Criativas, cumpre-me submeter a ratificação da Câmara Municipal de Guimarães o protocolo celebrado com a Direcção Regional de Cultura do Norte estabelecendo as obrigações das partes, essenciais para a concretização do dito encontro”. A minuta do protocolo dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

PROTOCOLOS – ADESÃO À ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE HISTÓRIA DA VINHA E DO VINHO – Presente a seguinte informação dos Serviços de Turismo: “Considerando que a Associação Portuguesa de História da Vinha e do Vinho (APHVIN), associação privada sem fins lucrativos, está envolvida nos processos de investigação ligados ao processo de candidatura do Douro a Património Mundial assim como à implementação do Museu do Douro; Considerando que a APHVIN desenvolve



projectos em áreas como a da História da Vinha e do Vinho, História da Arte e Património, Arqueologia, Sociologia e Antropologia, bem como na elaboração de levantamentos com vista à elaboração de roteiros turístico-culturais; Considerando que a APHVIN desenvolve trabalhos de investigação científica e orientação na região demarcada dos Vinhos Verdes e que os investigadores ligados a esta associação são orientadores de diversos alunos de Mestrado e Doutoramento que pretendem que os seus trabalhos de investigação sejam orientados para o território e suas necessidades, nomeadamente através de uma ligação às autarquias e orientação dos trabalhos de investigação dos seus alunos para temáticas de interesse para a região; Considerando que estas áreas de actividade são de interesse para o desenvolvimento de áreas de interesse comum, como o desenvolvimento de actividades económicas, ligadas às áreas rurais, a agricultura, o território e o turismo; Coloco à consideração superior a adesão do Município de Guimarães à APHVIN, através da assinatura do Protocolo cuja minuta se junta em anexo. A ser superiormente aceite a adesão do Município a esta Associação, deverá a mesma ser apreciada e votada em sessão da Assembleia Municipal, ao abrigo da alínea m) do Ponto 2 do art. 53 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro". A minuta do protocolo, bem como os estatutos da Associação Portuguesa de História da Vinha e do Vinho (APHVIN) dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas.

DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

PESSOAL – PROCESSO DISCIPLINAR N.º 6/2009 – Presente o Relatório Final respeitante ao Processo Disciplinar instaurado ao

trabalhador Valter Hugo Sousa Santos, com a categoria profissional de Agente Municipal de 1.ª Classe. O Relatório Final, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, propõe a aplicação da pena disciplinar de suspensão em 20 dias, suspensa da execução pelo período de um ano. **DELIBERADO, POR ESCRUTÍNIO SECRETO E MAIORIA, COM NOVE VOTOS A FAVOR E UM EM BRANCO APROVAR, APLICANDO A PENA DISCIPLINAR DE SUSPENSÃO EM 20 DIAS, SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO PELO PERÍODO DE UM ANO.**

PESSOAL – PROCESSO DISCIPLINAR N.º 2/2010 – Presente o Relatório Final respeitante ao Processo Disciplinar instaurado ao trabalhador Manuel Nascimento Marques Ferreira, com a categoria profissional de Assistente Operacional (Carpinteiro). O Relatório Final, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, propõe a aplicação da pena disciplinar de despedimento. **DELIBERADO, POR ESCRUTÍNIO SECRETO E MAIORIA, COM NOVE VOTOS A FAVOR E UM EM BRANCO APROVAR, APLICANDO A PENA DISCIPLINAR DE DESPEDIMENTO.** -----

ACÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS – Presente uma informação da Divisão de Acção Social propondo a atribuição de um subsídio a um agregado familiar necessitado, nos termos do n.º 1 do artigo 18º – Capítulo III do Regulamento Municipal de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos, de acordo com informação que se anexa. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.02 e na unidade económica 04.08.02. A referida informação dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

GALA DO DESPORTO – ATLETAS PREMIADOS NO ÂMBITO



DA GALA DO DESPORTO | GUIMARÃES 2010 – Presente a seguinte proposta do Vereador Amadeu Portilha: “No âmbito da Gala do Desporto | Guimarães 2010 e na sequência da aprovação do Regulamento de Atribuição de Bolsas de Formação Desportiva em reunião de Câmara de 4 de Março de 2010 e em Assembleia Municipal a 29 de Abril de 2010, a Comissão de Avaliação deliberou seleccionar os atletas abaixo identificados para lhes serem atribuídos os seguintes prémios: **Jovem Revelação Masculino 2010 – João Oliveira** – Atleta de Voleibol do Vitória Sport Clube; **Jovem Revelação Feminino 2010 – Raquel Maia** – Atleta de Voleibol do Vitória Sport Clube; **Atleta do Ano Feminino 2010 – Daniela Pinto** – Atleta de Natação do Vitória Sport Clube; **Atleta do Ano Masculino 2010 – Rui Silva** – Atleta de Andebol do Clube Desportivo Xico Andebol. Tendo em conta que o referido Regulamento estabelece que é condição de exclusão do atleta que este assine um contrato profissional, e atendendo a que o Atleta Rui Silva se apresentava nessas condições, a bolsa do Atleta do Ano Masculino 2010 passou para o 2.º classificado na votação da Comissão de Avaliação, o **Rui Costa**, atleta de Natação do Vitória Sport Clube. Mais informo que as votações realizadas pelos membros da Comissão de Avaliação, resultando nas nomeações e nos respectivos premiados, derivam de candidaturas apresentadas a cada uma das categorias durante o período superior a 3 meses, tendo sido analisados na sua totalidade. Assim, propõe-se que a Câmara Municipal ratifique as deliberações tomadas pela mencionada Comissão de Avaliação e subsequentes procedimentos para a concessão dos correspondentes prémios”. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

TOPONÍMIA – ADITAMENTO À TOPONÍMIA DA FREGUESIA

DE S. FAUSTINO – Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “Sob proposta da Junta de Freguesia, a Assembleia de Freguesia de S. Faustino, aprovou a criação das seguintes denominações toponímicas: 29 – **Travessa da Seara** – Arruamento sem saída, com início na Rua da Seara; 30 - **Travessa de S. Tiago** – Arruamento sem saída com início na rua com o mesmo nome; 31 - **Travessa das Flores** – Arruamento sem saída com início na rua com o mesmo nome; 32 - **Travessa Nª Srª dos Remédios** – Tem início na rua com o mesmo nome e termina na Rua das Flores; 33 - **Travessa Nª Srª das Candeias** – Tem início na rua com o mesmo nome e termina na travessa de Samarães; 34 - **Rua de Lamatide** – Tem início na Rua de S. Faustino e termina no limite de Concelho com Vizela. Considerando que os arruamentos em causa não possuem topónimo atribuído, nos termos da alínea v), do nº 1, do art. 64.º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, propõe-se a aprovação, pelo executivo camarário, da presente proposta de aditamento à Toponímia da Freguesia de S. Faustino”. As plantas e a designação toponímia dão-se aqui por reproduzidas e ficam arquivadas em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

TOPONÍMIA – ADITAMENTO À TOPONÍMIA DA FREGUESIA DE SOUTO S. SALVADOR – Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “Sob proposta da Junta de Freguesia, a Assembleia de Freguesia de Souto (S. Salvador) aprovou as seguintes denominações toponímicas: 27 – **Rua Drª Helena Faria** - Prolongamento do arruamento já existente, até ao entroncamento com a Rua Quitéria Marques; 36 - **Travessa Dr.ª Helena Faria** -



Arruamento sem saída com início na Rua com o mesmo nome; 37 – **Largo Padre José Vieira de Castro** – Tem início e fim na Rua D. Paio Guterres; 38 – **Rua dos Amieiros** – Arruamento sem saída, com início na rua 24 de Junho; 39 – **Rua da Gordina** – Arruamento sem saída, com início na rua 24 de Junho; Decorrente da construção dos loteamentos com os Alvarás nºs 26/2007 e 25/2008, bem como da inexistência de arruamentos sem topónimo atribuído, nos termos da alínea v), do nº 1, do art. 64.º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, propõe-se a aprovação, pelo executivo camarário, da presente proposta de aditamento à Toponímia da Freguesia de Souto (S. Salvador)”. As plantas e a designação toponímia dão-se aqui por reproduzidas e ficam arquivadas em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO**

APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

TOPONÍMIA – ADITAMENTO À TOPONÍMIA DA FREGUESIA

DE SERZEDELO – Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “Sob proposta da Junta de Freguesia, a Assembleia de Freguesia de Serzedelo aprovou as seguintes denominações toponímicas: 113 – **Rua da Santa Cruz** – Tem início e fim na rua de Passos de Cima; 114 – **Rua da Urbanização do Carvalhal**. Tem início na rua do Carvalhal e termina no entroncamento com a rua Egas Moniz; Considerando que os arruamentos em causa não possuem topónimo atribuído, nos termos da alínea v), do nº 1, do art. 64.º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, propõe-se a aprovação, pelo executivo camarário, da presente proposta de aditamento à Toponímia da Freguesia de Serzedelo”. As plantas e a designação toponímia dão-se aqui por reproduzidas e ficam arquivadas em

pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

TOPONÍMIA – ADITAMENTO À TOPONÍMIA DA FREGUESIA

DE RENDUFE – Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “Sob proposta da Junta de Freguesia, a Assembleia de Freguesia de Rendufe, aprovou a criação das seguintes denominações toponímicas: 33 –

Travessa das Quintões – Tem início na Rua das Quintões e

termina na Rua de S. Torcato. 34 - **Travessa da Alegria** –

Arruamento sem saída, com início na Rua de S. Torcato. 35 - **Rua**

de Negalhe – Arruamento sem saída, com início na Rua da

Sabugosa. 36 - **Rua Santa Marta** – Arruamento sem saída, com

início na Rua do Martigo. 37 - **Rua da Eira** – Arruamento sem

saída, com início na Rua da Sabugosa. 38 - **Rua do Portelo** –

Arruamento sem saída, com início na Rua de Baixo. Considerando

que os arruamentos em causa não possuem topónimo atribuído,

nos termos da alínea v), do nº 1, do art. 64.º, da Lei nº 169/99,

de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002,

de 11 de Janeiro, propõe-se a aprovação, pelo executivo

camarário, da presente proposta de aditamento à Toponímia da

Freguesia de Rendufe”. As plantas e a designação toponímia dão-

se aqui por reproduzidas e ficam arquivadas em pasta anexa ao

livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** --

TOPONÍMIA – ADITAMENTO À TOPONÍMIA DA FREGUESIA

DE URGEZES – Presente a seguinte informação dos Serviços do

Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “Sob proposta da

Junta de Freguesia, a Assembleia de Freguesia de Urgezes

aprovou as seguintes denominações toponímicas para o

loteamento com o Alvará nº 12/2001, com as alterações

introduzidas pelo aditamento nº1/2007, com recepção provisória.



82 – **Rua de Covas de Cima** – Prolongamento do arruamento já existente, até ao fim do loteamento; 88 – **Travessa de Fundevila** – Arruamento sem saída com início na rua de Covas de Cima; Assim, nos termos da alínea v), do nº 1, do art. 64.º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, propõe-se a aprovação, pelo executivo camarário, da presente proposta de aditamento à Toponímia da Freguesia de Urgezes”. As plantas e a designação toponímia dão-se aqui por reproduzidas e ficam arquivadas em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

TOPONÍMIA – ADITAMENTO À TOPONÍMIA DA FREGUESIA DE AIRÃO SANTA MARIA – Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “Sob proposta da Junta de Freguesia, a Assembleia de Freguesia de Airão (Santa Maria), aprovou a criação das seguintes denominações toponímicas: 54 – **Rua da Pedra Quebrada** – Arruamento sem saída, com início na rua de Menaco; 55 – **Rua da Quinta de Santa Maria** – Tem início na rua Arcebispo Xavier Monteiro e termina na travessa de Boucinhas; Considerando que os arruamentos em causa não possuem topónimo atribuído, nos termos da alínea v), do nº 1, do art. 64.º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, propõe-se a aprovação, pelo executivo camarário, da presente proposta de aditamento à Toponímia da Freguesia de Airão (Santa Maria)”. As plantas e a designação toponímia dão-se aqui por reproduzidas e ficam arquivadas em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

TOPONÍMIA – ADITAMENTO À TOPONÍMIA DA FREGUESIA DE PONTE – Presente a seguinte informação dos Serviços do

Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: "Sob proposta da Junta de Freguesia, a Assembleia de Freguesia de Ponte, aprovou a criação das seguintes denominações toponímicas: 139 - **Urbanização da Senra de Baixo** - Arruamento sem saída, com início na Rua de Senra de Baixo; 140 - **Urbanização da Fonte** - Arruamento sem saída, com início na Rua da Fonte; 141 - **Rua da Bela Vista** - Tem início na rua da Estrada Velha do Campo Novo (Corvite) e termina na rua de Senra de Cima; 142 - **Urbanização de Pouve** - Tem início na rua Reitor Joaquim Augusto Maciel Ribeiro Torres e termina na rua de Pouve; 143 - **Viela de Pouve** - Tem início na **Urbanização de Pouve e termina na Rua de Pouve**. Considerando que os arruamentos em causa não possuem topónimo atribuído, nos termos da alínea v), do nº 1, do art. 64.º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, propõe-se a aprovação, pelo executivo camarário, da presente proposta de aditamento à Toponímia da Freguesia de Ponte". As plantas e a designação toponímia dão-se aqui por reproduzidas e ficam arquivadas em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

TRANSPORTES - ASSOCIAÇÃO DE PAIS DO NÚCLEO ESCOLAR DE INFANTAS - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO - Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 29 de Junho de 2010, que disponibilizou, à Associação de Pais do Núcleo Escolar de Infantas o transporte, em autocarro, dos alunos que frequentam o ATL, nos dias 8, 14, 21 e 27 de Julho. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

SUBSÍDIOS - JUNTA DE FREGUESIA DE SELHO S. LOURENÇO - CONSTRUÇÃO DA CAPELA MORTUÁRIA - REFORÇO DE VERBA - Presente a seguinte proposta do Vereador



Domingos Bragança: "Por deliberações de Câmara de 29 de Maio de 2008, 23 de Abril de 2009 e 23 de Julho de 2009, foi delegada na Junta de Freguesia de Selho S. Lourenço a execução da obra de Construção da Capela Mortuária e arranjos exteriores. O Departamento de Obras Municipais informa que o montante da obra executada atinge a importância de €187.869,40 + IVA e que, mesmo tendo em conta os valores atribuídos à Junta de Freguesia, aquele montante ainda é inferior em €59,881,39. Assim, proponho que seja atribuído à Junta de Freguesia de Selho S. Lourenço um reforço de verba no montante de €59.881,00 (cinquenta e nove mil oitocentos e oitenta e um euros) de modo a que a Junta de Freguesia possa pagar o valor em falta desta obra protocolada, ao abrigo do disposto na alínea c) do nº. 6 do art. 64º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro e tendo em consideração a autorização concedida pela Assembleia Municipal, em sessão de 22 de Dezembro de 2009". Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 01.03 e na unidade económica 08.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE VERMIL – CONSTRUÇÃO DA CAPELA MORTUÁRIA – REFORÇO DE VERBA – Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: "A Junta de Freguesia de Vermil executou a obra de "Construção da Capela Mortuária", cujo valor dos trabalhos já efectuados, até à presente data, é de €32.651,85, conforme medição elaborada pelos serviços técnicos do Departamento de Obras Municipais. A construção da Capela Mortuária de Vermil foi objecto de Protocolo celebrado em 23 de Abril de 2009 através do qual foi concedida pela Câmara Municipal à Junta de Freguesia a verba de €9.900,38. Considerando o valor das obras já executadas

na 1ª. Fase, no total de 32.651,85, e o interesse público em dotar a Freguesia deste equipamento, proponho o reforço da verba no valor €27.971,00 (vinte e sete mil novecentos e setenta e um euros) à Junta de Freguesia de Vermil, para pagamento do valor em falta nesta 1ª fase da obra, ao abrigo do disposto na alínea c) do nº 6, do art. 64º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro". Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 01.03 e na unidade económica 08.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE AIRÃO S. JOÃO – CONSTRUÇÃO DE UM PARQUE DE LAZER E DE UMA PISCINA DESCOBERTA – REFORÇO DE VERBA –

Presente a seguinte proposta: "A Junta de Freguesia de Airão S. João executou as obras de construção de um Parque de Lazer e Piscinas descobertas, tendo a Câmara Municipal apoiado essa construção com a atribuição de um subsídio no valor de €9.132,71, conforme protocolo celebrado em 23 de Abril de 2009. O valor estimado da sua construção é de €402,473,15, excluindo os arranjos exteriores e máquinas, conforme quantificação elaborada pelos serviços técnicos do Departamento de Obras Municipais, com base nos preços de referência para habitação corrente, apresentado pela Federação Portuguesa da Indústria de Construção de Obras Públicas. Atendendo à importância da obra, e como o subsídio atribuído é muito inferior ao valor das obras executadas, proponho a transferência da verba de €281.731,00 (duzentos e oitenta e um mil setecentos e trinta e um euros) à Junta de Freguesia de Airão S. João, correspondente a 70% do valor total da obra executada, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 6, do art. 64º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-



A/2002, de 11 de Janeiro". Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 01.03 e na unidade económica 08.05.01.02.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

**SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE LEITÕES –
CONSTRUÇÃO DA SEDE DA JUNTA DE FREGUESIA –
REFORÇO DE VERBA** – Presente a seguinte proposta do Vereador

Domingos Bragança: "A obra de construção da Sede da Junta de Freguesia de Leitões foi objecto de protocolos de atribuição de subsídios tendo a Câmara Municipal concedido um valor total de €187 402,45. A obra consiste na construção de um edifício destinado a Sede de Junta e a Centro de Dia. A estrutura do edifício, a área destinada a Sede da Junta e os arranjos exteriores estão concluídos. A Junta de Freguesia de Leitões solicita à Câmara Municipal um apoio adicional de €40.000,00 para pagamento integral das obras correspondentes a esta 1.ª fase. O valor total dos trabalhos para construção da Sede da Junta estima-se em €262 900,00. Neste momento, encontra-se executada cerca de 90% da obra, ou seja, €236. 610,00. Mesmo assim, existe uma diferença de €49 207,55 em relação ao valor da obra executada. Assim, nos termos da alínea b), do nº 6, do art. 64º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, proponho a atribuição à Junta de Freguesia de Leitões de um reforço de verba no valor de €40.000,00 (quarenta mil euros) para pagamento integral das obras correspondentes a esta primeira fase". Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 01.03 e na unidade económica 08.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. ---**

**SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE INFANTAS –
CONSTRUÇÃO DE UM MURO DE SUPORTE NA TRAVESSA DE
BORGUEIROS** – Presente a seguinte proposta do Vereador

Domingos Bragança: "A Junta de Freguesia de Infantas vem solicitar um apoio para a obra de construção de um muro de suporte na Travessa de Borgueiros, que se desmoronou com a passagem de um veículo pesado. A Junta de Freguesia já efectuou os trabalhos, para possibilitar a utilização da via. Assim, nos termos da alínea b), do nº 6, do art. 64º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, proponho a atribuição de um subsídio de €6.711,00 (seis mil setecentos e onze euros) à Junta de Freguesia de Infantas, para que esta possa proceder ao pagamento integral da obra executada". Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 01.03 e na unidade económica 08.05.01.02.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

SUBSÍDIOS – VITÓRIA SPORT CLUBE – CICLISMO – Presente a seguinte proposta do Vereador Amadeu Portilha: "A equipa de ciclismo de sub-23 do Vitória Sport Clube foi convidada para participar na Volta ao Rio de Janeiro, uma das provas mais importantes daquele país e com uma duração de 10 dias. Face a esse honroso convite e tendo em conta que foi a única equipa portuguesa convidada a participar e uma das quatro equipas europeias presentes, está a ser angariado um conjunto de apoios que lhes permita corresponder positivamente a esse convite, pois para além da deslocação e das estadias, que serão assumidas pela organização da prova, existe um conjunto de outras despesas inerentes a uma prova desta dimensão que importa acautelar e garantir. Assim sendo, e porque esta participação contribuirá, igualmente, para divulgar Guimarães num país ao qual nos une laços históricos profundos, proponho a atribuição de um subsídio de €500,00 (quinhentos euros) à Secção de Ciclismo do Vitória Sport Clube para apoio à sua participação nesta prova, ao abrigo



do disposto na alínea b), do nº 4, do art. 64º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 04.07.01. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

SUBSÍDIOS – PEVIDÉM SPORT CLUBE – Presente a seguinte proposta do Vereador Amadeu Portilha: “O Pevidém Sport Clube utiliza na sua actividade desportiva regular o Campo de Jogos de Pevidém e a circunstância de possuir um elevado número de equipas de formação, motivou o desgaste do seu sistema de aquecimento de águas sanitárias, sendo urgente a sua renovação, por forma a dar resposta às exigências do seu trabalho desportivo. Tendo em conta a dificuldade orçamental acrescida que essa intervenção implica, proponho que se atribua um subsídio extraordinário de €3.200,00 ao Pevidém Sport Clube para executar os trabalhos de renovação do seu sistema de aquecimento de águas sanitárias”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

SUBSÍDIOS – ASSOCIAÇÃO DE PARALISIA CEREBRAL DE GUIMARÃES (APCG) – APOIOS PARA REALIZAÇÃO DA IV MINI-MARATONA – Presente a seguinte proposta: “A APCG – Associação de Paralisia Cerebral de Guimarães propõe-se realizar, no próximo dia 19 de Setembro, a IV Mini-Maratona de Guimarães “Pessoas Diferentes, Direitos Iguais”, constando de uma corrida de 12.000 metros e de um passeio – “Caminhada da Igualdade”, com a distância de 6.000 metros. Atendendo aos objectivos destas acções, que passam pela sensibilização da opinião pública para as matérias que se prendem com a promoção da igualdade de direitos entre todos os cidadãos, e ao abrigo do disposto na alínea b), do nº 4, do art. 64º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro,

alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, proponho a disponibilização, por parte da Autarquia, dos seguintes apoios, tidos como fundamentais para a viabilização e sucesso da iniciativa: Cedência de 2 estruturas para colocação de outdoors (8x3m) e de 1 estrutura para colocação de lona (4x2.6 m). A produção deverá ser assumida pela APCG; Cedência de 2 palcos; Transporte, montagem, operação e desmontagem do sistema som. A disponibilização destes apoios implica a realização de trabalho extraordinário". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

SUBSÍDIOS – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DESPORTO PARA DEFICIENTES – ESTÁGIO DA SELECÇÃO NACIONAL –

Presente a seguinte proposta: "A Selecção Nacional da ANDDI (Associação Nacional de Desporto para Deficientes) realizou um estágio dos seus atletas nos passados dias 26 e 27 de Junho, em Guimarães, utilizando as instalações da Pista de Atletismo Gémeos Castro. Dado os encargos do referido estágio, solicitou à Câmara apoio para o pagamento das refeições dos seus atletas e monitores que se elevaram a €540,00 (quinhentos e quarenta euros) correspondente a 72 refeições ao preço unitário de 7,5€. Considerando a importância social que deve ser dada ao Desporto para Deficientes que tem uma real expressão em Guimarães e à representação de uma Selecção Nacional, deferi a pretensão o que coloco à ratificação da Câmara Municipal, ao abrigo do disposto na alínea b), do nº 4, do art. 64º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

SUBSÍDIOS – ESCOLA PROFISSIONAL CENATEX – DESFILE

DE MODA – Presente a seguinte proposta: "A Escola Profissional Cenatex promove, no próximo dia 23 de Julho, no Largo da



Oliveira, a exemplo dos anos anteriores, um Desfile de Moda dos seus alunos finalistas, tendo solicitado à Câmara apoio na instalação eléctrica. Considerando o interesse público da iniciativa, importante expressão de uma formação profissional essencial para a qualificação industrial instalada na região, proponho a assunção dos encargos com essa instalação que foram estimados em €150,00 (cento e cinquenta euros), ao abrigo do disposto na alínea b), do nº 4, do art. 64º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro". Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 02.02.25. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

SUBSÍDIOS – FÁBRICA DA IGREJA DE NOSSA SENHORA DA OLIVEIRA – COMEMORAÇÕES DA BATALHA DE ALJUBARROTA – Presente a seguinte proposta da Vereadora Francisca Abreu: "À semelhança do que vem acontecendo nos últimos anos, a Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira propõe-se promover os actos comemorativos da Batalha de Aljubarrota, envolvendo um serviço religioso e a iluminação festiva das Ruas de Santa Maria e Egas Moniz. Atendendo ao alto significado histórico da data em apreço, proponho, ao abrigo do disposto na alínea b), do nº 4, do art. 64º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a atribuição de um subsídio de €3 100,00 (três mil e cem euros) à Fábrica da Igreja de Nossa Senhora da Oliveira, destinado a custear as despesas implicadas naquelas actividades. A cargo do Município ficaria a instalação provisória de duas baixadas de 41,4 Kva para alimentação da referida iluminação". Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 04.07.01. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica

07.01 e na unidade económica 04.07.01. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Absteve-se o Vereador António Salgado Almeida. -----

SUBSÍDIOS – COPRO NACIONAL DE ESCUTAS – AGRUPAMENTO 456 – Presente a seguinte proposta: “O Agrupamento 456 do Corpo Nacional de Escutas de Silvares realiza nos próximos dias 10 e 11 de Julho um acampamento no Monte do Escaravelho, naquela freguesia, comemorativo de 35 anos de actividade escutista, tendo solicitado à Câmara apoio na instalação eléctrica. Considerando a importância da actividade escutista no concelho e o significado de uma comemoração de 35 anos, deferi a pretensão cujos encargos foram estimados em €150,00 (cento e cinquenta euros), o que coloco à ratificação da Câmara Municipal, ao abrigo do disposto na alínea b), do nº 4, do art. 64º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 02.02.25.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE S. TORCATO – FESTA DA JUVENTUDE – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS – Presente um ofício da Junta de Freguesia de S. Torcato solicitando um apoio destinado a custear as despesas com a ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da Festa da Juventude, realizada entre os passados dias 3 e 7 de Março. Propõe-se a atribuição, à Junta de Freguesia de S. Torcato, de um subsídio no valor de €38,63 (trinta e oito euros e sessenta e três cêntimos), correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da Festa da Juventude. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 04.07.01. **DELIBERADO APROVAR POR**

**UNANIMIDADE.** -----**SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE S. TORCATO – FESTA EM HONRA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS**

– Presente um ofício da Junta de Freguesia de S. Torcato solicitando um apoio destinado a custear as despesas com a ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da Festa em Honra de Nossa Senhora do Rosário, realizada entre os passados dias 30 de Abril e 11 de Maio. Propõe-se a atribuição, à Junta de Freguesia de S. Torcato, de um subsídio no valor de €53,46 (cinquenta e três euros e quarenta e seis cêntimos), correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da Festa em Honra de Nossa Senhora do Rosário. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 04.07.01.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE PONTE – FESTA EM HONRA DE S. JOÃO – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS**

– Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 28 de Junho de 2010, que concedeu autorização para instalação de 1 contador para a potência de 41,4 Kva, bem como um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da Festa de S. João, realizada nos passados dias 23 e 24 de Junho, num máximo de 15,60 (quinze euros e sessenta cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**SUBSÍDIOS – GRUPO REGIONAL FOLCLÓRICO E AGRÍCOLA DE PEVIDÉM – XXXIV FESTIVAL INTERNACIONAL DE FOLCLORE – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS**

– Presente um ofício do Grupo Regional Folclórico e Agrícola de Pevidém solicitando

autorização para ligação à rede de iluminação pública das ornamentações do XXXIV Festival Internacional de Folclore, a realizar no próximo dia 24 de Julho. Analisados os consumos registados nos últimos três anos com as referidas ornamentações, verifica-se que a média é de €38,89 pelo que se propõe a atribuição, ao grupo Regional Folclórico e Agrícola de Pevidém, de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações das referidas Festas, num máximo de €19,45 (dezanove euros e quarenta e cinco cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE GONDOMAR – FESTA EM HONRA DA SENHORA DA AJUDA – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS – Presente um ofício da Junta de Freguesia de Gondomar solicitando autorização para ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da Festa em Honra da Senhora da Ajuda, a realizar entre os próximos dias 6 e 9 de Agosto. Analisados os consumos registados nos últimos três anos com as referidas ornamentações, verifica-se que a média é de €46,09 pelo que se propõe a atribuição, à Junta de Freguesia de Gondomar, de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações das referidas Festas, num máximo de €23,50 (vinte e três euros e cinquenta cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE RENDUFE – FESTA EM HONRA DE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS – Presente um ofício da Junta de



Freguesia de Rendufe solicitando autorização para ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da Festa em Honra de Nossa Senhora de Fátima, a realizar entre os próximos dias 11 e 16 de Agosto. Analisados os consumos registados nos últimos três anos com as referidas ornamentações, verifica-se que a média é de €50,94 pelo que se propõe a atribuição, à Junta de Freguesia de Rendufe, de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações das referidas Festas, num máximo de €25,47 (vinte e cinco euros e quarenta e sete cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE AROSA – FESTA EM HONRA DE NOSSA SENHORA DA BOA MORTE – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS – Presente um pedido da Comissão de Festas em Honra de Nossa Senhora da Boa Morte solicitando autorização para ligação à rede de iluminação pública das ornamentações das referidas Festas, a realizar entre os próximos dias 13 e 15 de Agosto. Analisados os consumos registados nos últimos três anos com as referidas ornamentações, verifica-se que a média é de €64,05 pelo que se propõe a atribuição, à Junta de Freguesia de Arosa, de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações das referidas Festas, num máximo de €32,02 (trinta e dois euros e dois cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE SERZEDELO – FESTA EM HONRA DE S. BARTOLOMEU – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS – Presente um ofício da Junta de Freguesia de Serzedelo

solicitando autorização para ligação à rede de iluminação pública das ornamentações das Festas em Honra de S. Bartolomeu, a realizar nos próximos dias 28 e 29 de Agosto. Analisados os consumos registados nos últimos três anos com as referidas ornamentações, verifica-se que a média é de €64,97 pelo que se propõe a atribuição, à Junta de Freguesia de Serzedelo, de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações das referidas Festas, num máximo de €32,48 (trinta e dois euros e quarenta e oito cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE APROVAR A ACTA EM MINUTA. -----

PELAS ONZE HORAS E TRINTA MINUTOS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ACTA. -----